



Garotinho desiste e põe RJ no colo de Ruas

Candidato abre mão de recurso ao TSE sobre candidatura. Recálculo dos votos válidos favorece representante do bolsonarismo, que superaria a marca dos 50%

» AMANDA S. FEITOZA

O ex-governador fluminense Anthony Garotinho (Republicanos) desistiu, ontem, de apresentar recurso ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para tentar reverter o indeferimento de sua candidatura ao governo do Estado do Rio de Janeiro. A retirada da ação pode alterar o resultado da disputa e levar Douglas Ruas (PL) a ser declarado governador eleito ainda no primeiro turno.

A defesa de Garotinho protocolou no TSE um termo em que afirma que a decisão de abandonar a impetração do recurso foi tomada de forma “livre, expressa, consciente e irrevratável”. O documento foi apresentado às 14h09 e está relacionado ao processo que tem como relator o ministro Floriano de Azevedo Marques.

“Em função do resultado manifesto pela população nas ruas, não me resta outra opção jurídica a não ser desistir de forma livre, expressa, consciente e irrevratável do recurso ordinário eleitoral interposto nos autos do requerido processo que tramita no TSE tentando validar os meus votos”, afirmou o ex-governador, em coletiva.

Com a desistência, os votos dados a Garotinho, que disputou o Palácio Guanabara sub judice, podem deixar de integrar a base de cálculo para definir o resultado da eleição. A mudança, no entanto, ainda não é automática: o TSE precisa analisar e formalizar a desistência, e a Justiça Eleitoral poderá realizar uma nova totalização dos votos.

Nulidade

Mas, entre especialistas, é tido como certo que os votos dados a Garotinho serão considerados nulos. Para o advogado eleitoral Alberto Rollo, a desistência do recurso é um ato unilateral do ex-governador e não depende da concordância do Ministério Público Eleitoral ou das demais partes. Conforme explicou, o relator pode simplesmente confirmar a desistência, sem analisar o mérito, e devolver o processo ao TRE-RJ para uma nova totalização dos votos.

Tânia Rêgo/Agência Brasil



Em função do resultado manifesto pela população nas ruas, não me resta outra opção jurídica a não ser desistir de forma livre, expressa, consciente e irrevratável do recurso ordinário eleitoral interposto nos autos do requerido processo que tramita no TSE tentando validar os meus votos”

Justificativa de Anthony Garotinho para a desistência

“Se a retirada dos votos de Garotinho alterar a maioria absoluta, Ruas será declarado vencedor da eleição”, afirmou.

Na apuração do primeiro turno, Ruas terminou na liderança, mas abaixo da metade dos votos válidos. Ele recebeu 4.271.199 votos, o equivalente a 49,27%. Eduardo Paes (PSD) ficou em segundo lugar, com 3.706.984 votos (42,76%).

Garotinho apareceu em terceiro, com 274.411 votos (3,17%). Como a candidatura estava sub judice, a situação desses votos pode ser alterada após a desistência do recurso.

Caso os votos do ex-governador sejam retirados da base daqueles que são considerados válidos, Ruas supera a marca de 50%, percentual necessário para a eleição de um candidato ao governo estadual em primeiro turno.

O TSE havia divulgado, após a apuração de domingo, que Ruas e Paes disputariam o segundo turno no Rio de Janeiro. A Justiça Eleitoral marcou a nova votação para 25 de outubro.

A situação produz uma reviravolta em relação à reta final da campanha. A própria coligação de Paes havia recorrido ao TSE antes da eleição para cobrar uma

ex-governador deveriam ter sido retirados da conta.

Naquele momento, porém, as pesquisas indicavam que Paes seria o principal beneficiado por uma eventual exclusão de Garotinho. O candidato do PSD liderava os levantamentos e poderia alcançar a maioria necessária para encerrar a eleição na primeira votação. As urnas, porém, inverteram essa lógica. Ruas terminou à frente e muito próximo dos 50%.

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) indeferiu o registro de Garotinho por causa de uma condenação por improbidade administrativa, que suspendeu seus direitos políticos por oito anos. O processo envolve fatos ocorridos entre 2005 e 2006, durante o governo de Rosinha Garotinho, hoje no MDB, quando ele ocupava a Secretaria de Estado de Governo.

A ação apontou irregularidades na transferência de recursos da área da saúde. ONGs que recebiam recursos do governo fluminense tinham sócios em comum com empresas que fizeram doação à pré-campanha de Garotinho, então pré-candidato à Presidência da República.

Urnas apontam mudança e irritação com STF

» RAFAELA BOMFIM*

O primeiro turno das eleições re-desenhou o cenário político, com o avanço da direita no Congresso, a eleição de nomes ligados ao bolsonarismo e a definição de novas disputas para o segundo turno. Entre os resultados que chamaram atenção está a eleição de Michelle Bolsonaro (PL-DF) para o Senado. Carlos Bolsonaro (PL-SC) também conquistou uma cadeira na Casa, enquanto Jair Renan Bolsonaro (PL-SC) foi eleito deputado federal. Já Flávio Bolsonaro ganhou o primeiro turno da eleição presidencial.

Na avaliação de Alexandre Garcia, CEO da Opinião Inteligência Política, a votação expressiva de candidatos ligados ao ex-presidente Jair Bolsonaro não deve ser interpretada apenas como uma resposta à condenação dele por tentativa de golpe de Estado. “O sentimento principal é na linha da mudança”, afirmou, em entrevista às jornalistas Denise Rothenburg e Ana Maria Campos, no programa *CB.Poder*, parceria entre o **Correio** e a TV Brasília. “Em campanhas políticas, a gente sempre tem dois caminhos muito claros no final de tudo: continua o que está ou muda completamente a forma. E eu acho que essa escolha foi mudança”, acrescentou.

Ed Alves/CB/D.A Press



Segundo Garcia, a atuação do Supremo instigou o eleitor de direita

Para Garcia, esse movimento também pode ter sido influenciado pela postura do Supremo Tribunal Federal (STF), nos últimos anos, que mobilizou parte do eleitorado de direita. “Creio que a atuação do Supremo, de alguma forma, também acabou provocando pessoas que eventualmente não iam votar ou iam abrir mão de votar no dia”, disse.

Para Garcia, existe uma percepção entre eleitores de que

algumas decisões da Corte foram excessivas. O entendimento de que a dosimetria de determinadas condenações, por exemplo, teria sido exagerada passou a fazer parte da avaliação política de parcela do eleitorado.

Já a disputa pelo Governo do Distrito Federal ficou para o segundo turno. Celina Leão (PP) terminou a primeira etapa com 49,93% dos votos válidos, cerca de mil votos abaixo do necessário

para vencer. Leandro Grass (PT) alcançou aproximadamente 35% e avançou para a segunda rodada. Garcia afirmou que o resultado foi uma surpresa em relação às expectativas anteriores. “Nós esperávamos que Celina tivesse consolidado sua eleição no primeiro turno”, admitiu. “A base do PT é muito forte nessa última semana, eles se mobilizam muito bem, e ele acabou crescendo ali no limite do que a gente esperava que ele pudesse bater.”

Carlos André Machado, diretor de Negócios da Opinião Inteligência Política, destacou que Grass chegou a um percentual superior ao inicialmente esperado. O segundo turno, conforme ressaltou, reduz o tempo disponível para uma mudança significativa no quadro.

A transferência dos votos dos candidatos derrotados será decisiva. Machado avaliou que Grass tende a crescer porque poderá receber parte dos votos de candidatos que não chegaram ao segundo turno, mas ressaltou que seria necessário um movimento muito amplo para provocar uma virada.

***Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa**

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Direita avança, Congresso muda e estados pesam no segundo turno

O primeiro turno deu a Flávio Bolsonaro mais do que a dianteira na disputa presidencial. Entregou ao candidato do PL palanques fortalecidos, a maior bancada da Câmara e um avanço expressivo no Senado. Lula preservou sua fortaleza nordestina, mas precisará ampliar suas fronteiras eleitorais para vencer em 25 de outubro. A eleição também revela uma mudança na composição da classe política: lideranças mais jovens, familiares de políticos tradicionais e personagens projetados pelas redes sociais ganham espaço, combinando renovação geracional e continuidade de correntes ideológicas e oligarquias conservadoras no poder.

A geografia mostra o desafio. Lula venceu em todos os estados do Nordeste, acumula um saldo de aproximadamente 11 milhões de votos. Bahia, Pernambuco e Ceará produziram diferenças superiores a 3,2 milhões, 1,8 milhão e 1,8 milhão, respectivamente. Nas demais regiões, entretanto, Flávio somou cerca de 13 milhões de votos de vantagem. A força nordestina permanece indispensável ao petista, mas o resultado demonstra que ela precisa ser acompanhada de maior competitividade nos grandes colégios eleitorais do Sudeste.

São Paulo deu a maior vantagem a Flávio: 3,4 milhões de votos. Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo também contribuíram para sua liderança. Os três maiores estados do Sudeste concentram mais de 40% do eleitorado brasileiro, tornando pequenas alterações proporcionalmente relevantes para o resultado nacional. No Sul, especialmente Paraná e Santa Catarina, diferenças superiores a 1,8 milhão de votos reforçaram a vantagem do senador. Para se reeleger, Lula precisa reduzir essas perdas enquanto preserva sua mobilização no Nordeste.

A nova Câmara traduz esse deslocamento. O PL elegeu 121 deputados, contra 97 em 2022, enquanto o PT conquistou 70 cadeiras. União Brasil e PP somaram 87; o PSD, 43; o Republicanos, 41; e o MDB, 36. O bolsonarismo amplia sua capacidade de organizar a agenda legislativa, disputar o comando da Casa e pressionar o Executivo. Entretanto, o PL permanece distante de uma maioria própria: os partidos do Centrão (União Brasil, PP, PSD e Republicanos) continuam indispensáveis à construção de coalizões.

Essa composição mostra que a eventual eleição Flávio facilitaria a relação entre o Planalto e o Congresso e a aprovação de uma agenda política dura de direita, com um ajuste fiscal em V, como propõem os ultraliberais. Para Lula, mostra que sua eventual reeleição começará sob condições mais difíceis de negociação no quarto mandato, na política, e um contingenciamento forte nas políticas sociais devido ao déficit público.

Jovem guarda

No Senado, a mudança é ainda mais significativa. O PL elegeu 19 senadores e chegará a 28 representantes, diante de nove do PT. A bancada bolsonarista ganha força para disputar a presidência da Casa e influenciar decisões sobre autoridades e tribunais. Esse resultado aumenta o poder de pressão sobre o Supremo, mas não assegura ao partido capacidade de decidir sozinho. O impeachment de Alexandre de Moraes pode ser uma consequência imediata.

As dobradinhas do PL no Distrito Federal, no Mato Grosso do Sul, no Rio de Janeiro, em Rondônia e em Santa Catarina proporcionaram esse grande avanço. Michelle Bolsonaro e Bia Kicis, Carlos Jordy e Carlos Portinho, Carlos Bolsonaro e Carol de Toni ampliam a rede de mobilização do partido. A presença de Michelle e Carlos no Senado, somada à candidatura presidencial de Flávio, mostra como o bolsonarismo distribui seu protagonismo por novos mandatos e preserva a centralidade da família.

A Câmara confirma a mudança geracional: 183 eleitos exercerão seu primeiro mandato. Isso não permite concluir que houve rejuvenescimento generalizado, mas indica uma troca relevante de representantes, com jovens políticos despontando com grande votação e alguns veteranos líderes políticos encerrando a carreira com derrotas acachapantes. Nikolas Ferreira e Lucas Pavanato, ambos com mais de três milhões de votos, exemplificam a força de lideranças jovens cuja projeção passa pelas redes sociais. Sua votação fortalece bancadas e amplia sua influência sobre a linguagem e as prioridades da direita. São lideranças com perfil de extrema-direita que estão pautando narrativas e comportamentos políticos.

Ao mesmo tempo, a ascensão de filhos, irmãos e cônjuges de políticos tradicionais torna evidente que a renovação pode reproduzir estruturas antigas. O processo combina sucessão familiar, máquinas locais e mobilização digital. Para a esquerda, envelhecida, o desafio envolve formar lideranças capazes de disputar esses espaços sem depender exclusivamente do prestígio de Lula e da geração que construiu o PT.

O segundo turno nos estados prolonga essa disputa. Caiado negocia com Kassab; Zema sinaliza oposição ao PT; Cury e Renan Santos deixam seus eleitores sem orientação. Flávio tentará transformar o avanço territorial e parlamentar em novas adesões. Lula precisará convencer parte do centro e recuperar votos no Sudeste, mostrar que a vitória legislativa da direita não encerrou a disputa presidencial. A rejeição e o medo serão o grande divisor de águas do segundo turno.

CAIADO E ZEMA SINALIZAM OPOSIÇÃO AO PT; CURY É RENAN NÃO ORIENTAM ELEITORES. FLÁVIO BUSCA NOVAS ADESÕES E LULA VOTOS NO SUDESTE